

MERCADO DE TRABALHO/ ENSINO SUPERIOR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Resposta à decisão do Ministério da Saúde Defesa do estatuto das carreiras pode levar jovens médicos à greve

Gentil Martins, bastonário da Ordem dos Médicos, apoiou ontem, na sessão de abertura do Congresso do Médico Interno, a posição dos médicos recém-formados, na questão que ultimamente os tem oposto à ministra da Saúde, Leonor Belezza.

«OS MÉDICOS do internato geral exercem uma profissão de pleno direito e, portanto, devem ser tratados como tal», disse o bastonário da Ordem dos Médicos.

Gentil Martins acrescentou ser necessário que aqueles jovens médicos tenham «uma remuneração justa para melhor servirem as populações», entendendo também ser preciso «um aprefeiçoamento cada vez maior».

Os jovens médicos reivindicam o pagamento de um salário durante o estágio, defendendo que embora se trate de uma etapa da formação clínica, durante a qual prestam serviços de saúde e assistência nos hospitais em que ficam colocados.

Greve de dois dias

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral vai propor à classe uma greve de dois dias, para protestar pela destruição das carreiras e o desemprego médico, disse ontem um membro da Comissão.

A Comissão apresentará uma proposta de greve, para os dias 3 e 4 de Fevereiro, num plenário de policlínicos, que se realiza amanhã na sala de alunos do Hospital de Santa Maria.

Machado Borges, do executivo da Comissão, disse que os médicos do internato geral não atenderão as urgências durante o período de greve, salvo em casos de extrema gravidade.

Os médicos do internato geral vão também concentrar-se, no dia 29 de Janeiro, junto à residência do primeiro-ministro, para protestar contra a situação que o Governo lhes está a criar e que, disse, «só beneficia o agravamento da deterioração dos serviços».

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral acusa a ministra da Saúde, Leonor Belezza, de usar as prerrogativas do Governo na

utilização dos meios da Comunicação Social, nomeadamente a Televisão, para fazer afirmações falsas, que «revelam absoluta ignorância da situação do Serviço Nacional de Saúde».

A Comissão, afirmou, desafia a ministra da Saúde para um debate público televisivo, para que nele justifique as afirmações que tem feito de que há médicos a mais e que estes não querem deslocar-se para a província.

«A formação médica e as especialidades só se podem fazer por via hospitalar e o Governo está a retirar aos médicos recém-licenciados a formação tecnológica necessária para o exercício da função», salientou.

Macedo Borges disse que não há médicos a mais mas sim uma concentração de médicos na capital, provocada pela deslocação de clínicos da província para formação profissional.

O Ministério da Saúde não tem dados correctos sobre a situação da Saúde em Portugal nem do número de médicos existentes, já que nas estatísticas integra os médicos com funções administrativas e de ensino, disse aquele membro da comissão, acrescentando que «a saúde não pode ser gerida como se se tratasse de uma mercearia».

Referindo-se às vagas abertas para as especialidades, aquele membro da Comissão disse que o Ministério pretende abrir apenas 260, quando há cerca de 1600 médicos que terminaram o internato geral.

«A decisão de abrir apenas 260 vagas foi tomada sem ter em conta preocupações importantes como o envelhecimento dos quadros médicos efectivos, a antiguidade dos quadros e as desistências dos cursos de especialidades anteriores», disse, acrescentando que 38 por cento dos médicos tem mais de 50 anos.

«Todos os médicos estão integrados nos quadros da função pública, enquanto que os formados nos últimos três anos poderão não ficar se o Governo mantiver a sua posição», apesar de os serviços de urgência funcionarem principalmente na base do trabalho dos médicos internos, frisou.

Os membros da Comissão salientaram as «péssimas condições dos serviços hospitalares, nomeadamente das ur-

gências, que tem sido em muitos casos os veículos de propagação de epidemias como a tuberculose, sarampo e brucelose».

Desconhecimento da realidade hospitalar

Também a comissão instaladora do Internato Geral da Zona Centro acusou ontem a ministra da Saúde de «desconhecimento total da realidade hospitalar».

Leonor Belezza é ainda acusada de «ignorar completamente o que é a formação médica pós-graduada» e de «deturpar, numa atitude demagógica, a essência do internato geral».

Em resposta a afirmações feitas na terça-feira, pelo ministro à comunicação social, publicadas na edição do DN de ontem, a comissão instaladora sublinha que «os policlínicos prestam serviços indispensáveis ao funcionamento dos hospitais e centros de saúde, nomeadamente assegurando grande parte das urgências».

«Nós queremos ir trabalhar para a província»

«Ao contrário do que pretende fazer crer Leonor Belezza, nós queremos ir trabalhar para a província, mas com a manutenção do actual regime local do internato», afirmou ao DN, no Porto, o dr. Ricardo Marques, um dos jovens recém-licenciados em Medicina que poderão ficar sem vencimento regular e as regalias do vínculo regular à Função Pública se for aplicado o decreto já promulgado.

Na óptica do dr. Ricardo Marques, o diploma «é lesivo dos interesses dos jovens mé-

dicos, pois contempla um verdadeiro abaixamento de estatuto».

Este médico acusou a titular da pasta da Saúde, Leonor Belezza, e «certa comunicação social, nomeadamente a televisão, de fazer uma campanha tendenciosa, para fazer crer à opinião pública que não queremos ir trabalhar para a província».

Greves nas Faculdades do Porto, Coimbra e Lisboa

Os estudantes de Medicina do Porto vão prosseguir a greve até ao dia 30, altura em que realizarão uma reunião geral de alunos (RGA) para analisarem de novo a situação criada com a nova portaria que regulamenta o estatuto dos recém-licenciados em Medicina.

A decisão foi tomada ontem, no decorrer de uma RGA de todos os alunos das escolas médicas do Porto, que determinou que enquanto durar a paralisação os estudantes manterão as acções dos piquetes de esclarecimento da população, «até que o ministro da Saúde vá ao encontro das posições estudantis».

Os estudantes mandatarão igualmente as suas estruturas associativas para endereçarem cartas ao primeiro-ministro ao ministro da Saúde, aos grupos parlamentares e ainda ao conselho de gerência da RTP, com o objectivo de desafiar Leonor Belezza para um debate público sobre a nova portaria.

Entretanto, os estudantes de Medicina do Porto vão realizar, amanhã, às 10 horas, uma concentração junto aos estúdios da RTP daquela cidade, em protesto pela forma como este órgão de comunicação social tem tratado este problema.

Os estudantes reunidos em RGA entenderam também deslocarem-se a Lisboa quando a Assembleia da República iniciar a discussão desta portaria do Ministério da Saúde.

De igual modo os alunos do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, do Porto, vão continuar a greve até amanhã, quando decidirão novas fases de luta durante uma assembleia geral.

Apontando «a falta de diálogo» por parte do ministro da Saúde, os alunos da Faculdade de Medicina de Coimbra vão fazer uma greve de dois dias, anunciaram ontem os representantes das comissões de curso.

Em reunião geral de alunos realizada na terça-feira, foi decidido por unanimidade entrar em greve, hoje e amanhã, não comparecendo os estudantes às aulas.

Por outro lado, o Conselho Científico da Faculdade de Medicina manifestou a sua preocupação a Leonor Belezza pela situação criada aos jovens médicos.

De igual modo, a Associação dos Estudantes de Medicina da Faculdade de Lisboa decretou para amanhã uma greve de 24 horas, como protesto pela revisão da legislação sobre as carreiras médicas e o estatuto do internato geral.

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflitos- Estudantes

